

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA 19 DE MAIO: possibilidades de formação em Campo Florido, MG.

TEREZINHA TOMAZ DE OLIVEIRA

Universidade Federal de Uberlândia | Brasil
terezinhato@yahoo.com.br

ADRIANY DE ÁVILA MELO SAMPAIO

Universidade Federal de Uberlândia | Brasil
adrianyavila@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Assentamento. Reforma
Agrária. Pedagogia da
Alternância.

RESUMO:

Iniciadas na França na década de 1930, as Escolas Família Agrícola (EFA) foram implementadas no Brasil no final da década de 1960 com o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPS). O principal diferencial das EFAs eram os cursos integrados em momentos de estudo e trabalho, nos quais os alunos interagiam com escola e família, aprendendo nos dois lugares. A Escola Família Agrícola 19 de Maio de Campo Florido-MG foi organizada também nessa perspectiva de educação e trabalho de forma integrada, com a alternância dos espaços de aprendizagem, na escola e no meio rural, com o aluno ajudando a própria família e aplicando o que aprendeu teoricamente no âmbito da família. A EFA 19 de Maio, exemplo de iniciativa e organização popular, aconteceu pela ação de trabalhadores rurais assentados preocupados em oferecer uma educação de qualidade para seus filhos e ao, mesmo tempo, motivá-los a permanecerem na terra.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA (SCHOOL FAMILY FARM) 19 DE MAIO: TRAINING OPPORTUNITIES IN CAMPO FLORIDO, MG

ABSTRACT:

The Agricultural Family Schools (Escolas Família Agrícola – EFA) began in France in the 1930s and with Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Promotional Education Movement of the Holy Spirit - MEPS) have been implemented in Brazil in the late 1960. The main distinguishing feature of the EFA was integrated courses at times study and work, in which students interacted with school and family, learning in both places. The Escola Família Agrícola (Family Farm School) 19 May on Campo Florido, MG (Brazil) was also organized this educational perspective and work in an integrated manner, with the alternation of learning spaces, time in school, time in rural areas, helping his own family, and applying what they have learned in theory. EFA 19 de Maio, example of initiative and popular organization, happened by the action of rural workers settlers who were concerned in offering a quality education for their children and at the same time, remain on the land.

KEYWORDS:

Settlement. Land
Reform. Alternation
Pedagogy.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA (ESCUELA DE LA FAMILIA DE GRANJA) 19 DE MAIO: LAS OPORTUNIDADES DE FORMACIÓN EN CAMPO FLORIDO, MG

PALABRAS CLAVE:

Asentamiento. Reforma Agrária. Pedagogía de la Alternância.

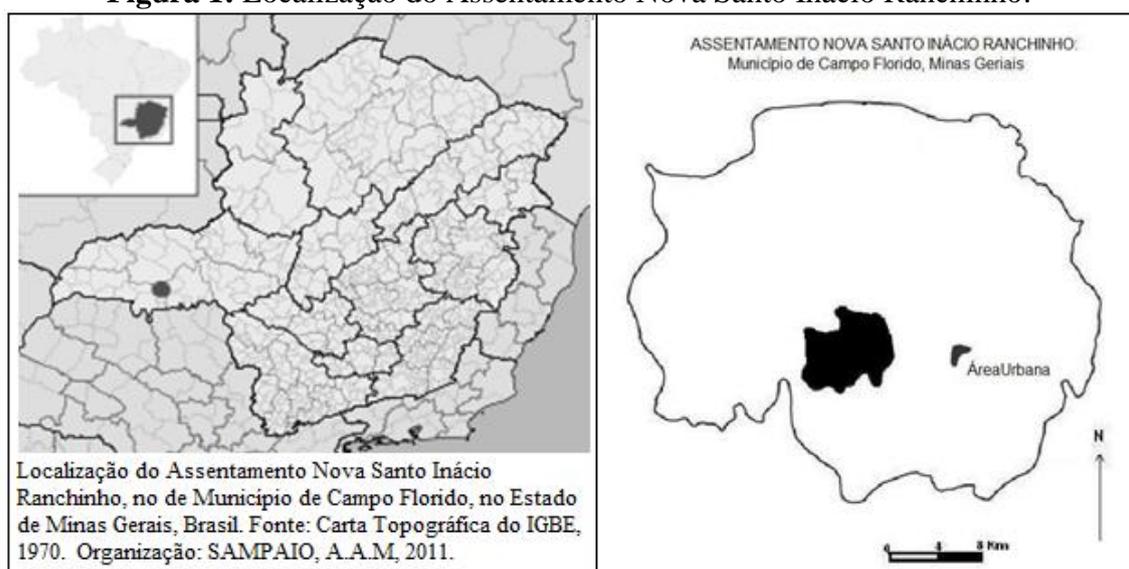
RESUMEN:

Las Escuelas de la Familia Agrícola - EFA comenzó en Francia en la década de 1930 y con Movimiento de Educación de promoción del Espíritu Santo (MEPS) se han aplicado en Brasil a finales del 1960. La principal característica distintiva de la EFA se integraron cursos a veces estudio y el trabajo, en el que los estudiantes interactuaron con la escuela y la familia, el aprendizaje en ambos lugares. La Escuela Familiar Agraria - 19 de mayo de Campo Florido, MG (Brasil) también se organizó este punto de vista educativo y el trabajo de una manera integrada, con la alternancia de espacios de aprendizaje, el tiempo en la escuela, el tiempo en las zonas rurales, ayudando a su propia familia, y aplicar lo que han aprendido en la teoría. EFA 19 de mayo, ejemplo de iniciativa y la organización popular, que pasó por la acción de los trabajadores rurales colonos que estaban preocupados en ofrecer una educación de calidad para sus hijos y, al mismo tiempo, permanecen en la tierra.

INTRODUÇÃO

A Escola Família Agrícola 19 de Maio (EFA) de Campo Florido-MG (figura 1) nasceu de uma ação associativa entre trabalhadores rurais assentados e pequenos proprietários rurais. Estes se organizaram e buscaram apoio para um projeto de educação que permitisse uma formação coerente com a sociedade atual e, ao mesmo tempo, adequada ao meio rural.

Figura 1: Localização do Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho.



Organização: SAMPAIO, A.A.M., 2011.

Foi necessário criar um plano de formação e desenvolvimento para o jovem do campo, bem como meios para envolver as famílias em um projeto educativo que auxiliasse na formação dos filhos. Buscaram-se meios para implementar essa proposta alternativa, meios em que alguns modelos tivessem melhor adequação ao jovem camponês. Optou-se, então, pelo modelo baseado na Pedagogia da Alternância, considerando-o mais viável, que vinha sendo utilizado no Brasil desde a década de 1960, especificamente no Estado do Espírito Santo. Ainda, na busca por uma alternativa de educação procurou-se o Instituto de Geografia na Universidade Federal de Uberlândia, na pessoa do professor Falcão Vasconcellos, que apresentou o professor Roosevelt José dos Santos, o qual, em parceria, permitiu a implementação do projeto da escola.

No estado do Espírito Santo e também em Minas Gerais, o grupo de assentados da Nova Santo Inácio Ranchinho visitaram várias escolas no formato EFA e coletaram informações as quais pudessem auxiliar na construção do projeto pedagógico para uma educação que contribuísse com o Assentamento de Reforma Agrária e também com os pequenos produtores do Município de Campo Florido e região.

Nessas visitas, teve-se a oportunidade de conhecer diferentes Escolas Família Agrícola cujo objetivo era formar alunos em cursos técnicos na metodologia da Pedagogia da Alternância, tendo em vista promover o desenvolvimento rural com valorização da agricultura familiar, a agroecologia e a solidariedade.

A Associação Nova Santo Inácio Ranchinho (ANSIR) (figura 2) foi o principal protagonista deste projeto, pois tomou a iniciativa de buscar alternativas e parcerias, criar a associação da escola e ceder espaço e materiais para a escola fosse implementada.

Figura 2: Reunião de Organização da ANSIR.



Fonte: Arquivo pessoal.

Escola Família Agrícola – Efa 19 De Maio

Após as famílias estarem com seus lotes de reforma agrária regularizados no Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho, ocupado em 1994, notou-se que os alunos do Ensino Fundamental começaram a migrar para a cidade, pois no assentamento não havia possibilidades de continuação dos estudos, após a conclusão da antiga 4ª série, atual 5º ano. Essa questão criou um questionamento a mais para as famílias preocupadas com a formação de seus jovens e com a hipótese de os mesmos não quererem voltar para suas origens.

Começava, então, um novo percurso de reivindicações e de buscas por alternativas para a escola rural e valorização do trabalhador do campo com a proposta de se criar uma escola que desse continuidade ao processo de aprendizagem do Ensino Fundamental, Ensino Médio e, também, Ensino Profissional.

Um grupo de pessoas do assentamento, membros da ANSIR e interessados em construir uma escola diferenciada começou a discutir com as famílias assentadas e com as famílias em torno do assentamento sobre a necessidade de uma educação voltada para o campo, buscando alternativas para a realidade do assentamento de reforma agrária. Tinha-se uma ação comunitária visando a integração e sustentabilidade da comunidade local.

A ANSIR convidou pessoas de dentro e de fora do assentamento para discutir e construir o projeto de uma nova escola que pretendesse atender as necessidades comuns dos trabalhadores rurais. Para isso foi criada uma nova entidade, a Associação Regional Escola Família Agrícola de Campo Florido, cuja sigla ficou definida como EFA, sendo a entidade fundada em 10 de outubro de 1999.

O estatuto da EFA foi oficializado no Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas Comarca de Uberaba-MG no dia 13 de junho de 2000. Depois de registrada a EFA, fundou-se a Escola Família Agrícola 19 de Maio de Campo Florido. O nome 19 de maio foi uma homenagem ao dia da ocupação da fazenda que havia onde hoje há o Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho.

Em assembleia no dia 16 de outubro de 2000, a ANSIR cedeu a sede do assentamento para a organização da escola no ano letivo de 2001. Buscou, ainda, apoio nos governos federal, estadual e municipal. Destes, conseguiram recursos para compra de camas, carteiras, reforma da sede, pagamento de professores e parte da alimentação. A outra parte da alimentação era fornecida pelos próprios assentados que possuíam filhos na escola ou que almejavam também o sucesso do projeto.

Para o início da EFA EM 2001 estava previsto o Ensino Médio Profissionalizante (Curso de Técnico em Agropecuária), que adotava o regimento comum das Escolas Famílias Agrícolas da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas MG (AMEFA).

Com a fundação da EFA 19 de maio foram também definidos os princípios e fins da educação proposta, previstos no estatuto da associação da escola (EFA, 2000).

Segundo o Artigo 7º, a EFA adota uma pedagogia apropriada ao meio rural e integrada aos princípios e fins da Educação Nacional (EFA, 2000), referenciados no artigo 2º da Lei nº 9.394/6:

A educação, dever da família e do Estado, inspira-se nos princípios da liberdade, nos ideais de solidariedade humana, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, s/p).

Para a organização do Estatuto e sua proposta educativa, a Associação Escola Família Agrícola 19 de Maio de Campo Florido apoiou-se na Pedagogia da Alternância e da Educação Popular.

A educação popular comprometida com a classe trabalhadora é, portanto, uma educação ético-política e intelectual dessa classe, acontecendo em todos os espaços educativos, direcionada ao atendimento das necessidades e dos reais interesses das camadas populares. Ao visar tornar os sujeitos elaboradores de sua própria cultura, acontece dentro e fora dos muros institucionais, tendo a escola como um espaço fundamental de sua realização por ser lugar de cultura, de ciência e de tecnologia. (MACIEL, 2011, p. 336).

A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meio para progressão no trabalho e nos estudos posteriores. Por sua vez, o Ensino Médio, etapa final da educação básica com duração de três anos, tem como finalidade a consolidação dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, bem como a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Com base nessas premissas da Pedagogia da Alternância, os objetivos da EFA 19 de Maio eram: proporcionar ao jovem rural situado no entorno da Escola Família Agrícola de Campo Florido uma formação integral com períodos letivos presenciais na escola e períodos letivos vivenciados no meio sócio-profissional, possibilitando o vínculo da escola com a família, com a comunidade e com o trabalho.

O ensino médio e a educação profissional básica foram ministradas concomitantemente, como direito público das populações rurais, proporcionando a estas inserção profissional na agricultura familiar e outras profissões do meio rural, de modo que que pudessem manter um empreendimento próprio ou comunitário, podendo, no futuro, optar por permanecer no campo (ou não), mas com dignidade e qualidade de vida.

O desenvolvimento local era buscado de forma a valorizar o espírito de solidariedade, o conhecimento popular e promover intercâmbio de tecnologias apropriadas para a convivência com a região do Triângulo Mineiro. A proposta era educar para uma consciência preservacionista, estimulando e apoiando a agricultura familiar, buscando incorporar novas culturas economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis para a região. Isso, com respeito à cultura, tradições e conhecimentos acumulados pelos trabalhadores, procurando alternativas econômicas no campo e na região e a diminuição do êxodo do campo para as cidades e entre regiões. Desenvolver-se-iam, assim, projetos de melhoria nas propriedades rurais.

Pretendia-se tornar a EFA 19 de Maio um centro de referência, de promoção e desenvolvimento do meio rural, criando espaços para atividades diversas dos movimentos sociais camponeses, promovendo cursos de capacitação, recapacitação e atualização profissional para pais, mães e profissionais do campo.

A organização da EFA 19 de Maio previa a formação integral dos jovens e o desenvolvimento rural sustentável. Os pais, como principais agentes educativos, responsáveis diretos pela formação dos filhos, organizaram-se em associação na qual, juntos, iriam buscar soluções para os problemas da formação dos jovens e do desenvolvimento rural. A Associação seria composta por todas as famílias com filhos matriculados regularmente na escola, além de pessoas físicas e jurídicas interessadas no desenvolvimento rural do entorno da Escola Família Agrícola de Campo Florido, por meio da educação.

A EFA 19 de Maio estava organizada em Assembleia Geral, Conselho Administrativo e Conselho Fiscal. A gestão administrativa era de responsabilidade da Associação. O diretor, juntamente com o Presidente e o Conselho Administrativo da EFA, representavam e executavam a administração do funcionamento da escola sob orientação, assessoria e supervisão da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola e União das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB).

A Associação, por meio do seu Conselho Administrativo, exerceria o poder político, enquanto que o diretor e a equipe docente cuidariam do poder executivo na EFA. Estava previsto que a equipe pedagógica da AMEFA promoveria, juntamente com UNEFAB e durante o ano letivo, Cursos de Formação Continuada, Formação Inicial em Pedagogia da Alternância e Visitas Pedagógicas, com seções de formação na EFA voltadas para a orientação e acompanhamento das atividades curriculares da entidade.

Sob o acompanhamento do diretor e orientação da equipe pedagógica da AMEFA, todos os professores comprometeram-se com a orientação educacional dos alunos, atendendo à totalidade dos aspectos requeridos para o desenvolvimento dos estudantes com vistas à realização humana.

As atividades da Escola Família Agrícola 19 de Maio tinham como objetivo contribuir para a auto-orientação dos jovens, promovendo o crescimento gradual e contínuo de todos os requisitos indispensáveis à vivência dos valores humanos mais profundos: consciência de si e do mundo, responsabilidade, liberdade, solidariedade, senso crítico e espírito criativo.

A EFA 19 de Maio, com a orientação da Equipe Pedagógica da AMEFA, propunha técnicas adequadas ao serviço de orientação do jovem, destacando-se, dentre elas, a divisão dos alunos em turmas menores. Cada professor se responsabilizava por um subgrupo e acompanhava de modo personalizado cada um deles (observe figura 3).

Figura 3: Atividade da EFA 19 de Maio envolvendo alunos e famílias, 2001.



Fonte: Arquivo pessoal.

O corpo discente era constituído por todos os alunos regularmente matriculados, atendendo prioritariamente filhos de agricultores familiares indicados pelas entidades que compunham a EFA 19 de Maio: sindicatos de trabalhadores e associações de assentamentos, observando-se sempre as decisões da Assembleia Geral do Conselho Administrativo.

Pedagogia Da Alternância Como Proposta Pedagógica Para A Efa

A pedagogia da alternância teve sua origem em um vilarejo no sudoeste da França, na década de 1930, em face às dificuldades dos jovens quanto a estudar e, ao mesmo tempo, ajudar seus pais. Após muitas discussões entre os agricultores da comunidade e com o apoio da igreja local, decidiu-se criar uma escola que atendesse as duas coisas: incentivar os estudos e aplicar o conhecimento gerado na propriedade em que residiam. Foram então criadas as *Maisons Familiales Rurales* (MFR ou, traduzido, Casa Familiar Rural), nas quais nasceu a Pedagogia da Alternância.

Esse grupo enfatizava a necessidade de uma educação escolar que atendesse às particularidades psicossociais dos adolescentes e que também propiciasse, além da profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico da sua região. No ensino organizado por esses agricultores, com o auxílio de um padre católico, alternavam-se tempos em que os jovens permaneciam na escola – que naquele primeiro momento consistia em espaço cedido pela própria paróquia – com tempos em que estes ficavam na propriedade familiar. No tempo na escola, o ensino era coordenado por um técnico agrícola; no tempo na família, os pais se

responsabilizavam pelo acompanhamento das atividades dos filhos. (TEIXEIRA et al., 2008, p. 229).

A ideia de implantar uma escola atendendo a necessidade daqueles jovens e suas famílias foi muito bem aceita e também reproduzida em outros lugares, uma vez que seria permitido estudar na escola e também ajudar as famílias, com permanência no meio rural, garantindo-se, assim, uma melhor qualidade de vida. Para garantir tempo na escola e tempo na propriedade rural foi criada metodologia específica, a “Pedagogia da Alternância”, em que alternavam-se a formação em períodos de vivência e estudo na escola e a vivência e prática na família. Essa metodologia permitiu, além da garantia de formação mais completa e coerente com o dia a dia do meio rural. Na Alternância, o aluno aprende a partir dos períodos escolares e na observação constante que faz no meio socioprofissional familiar.

A Pedagogia da Alternância permite que os conteúdos de ensino das escolas agrícolas sejam verdadeiramente vinculados ao meio de vida do aluno, sendo que a família e a propriedade compõem os lugares nos quais o aluno ampliará seu conhecimento, em conjunto com as preocupações levantadas nas reflexões ensejadas nas escolas. O objetivo da Pedagogia da Alternância é conciliar os estudos com o trabalho na propriedade rural da família, articulando momentos de atividades no meio profissional do estudante e momentos de atividades na escola.

Esse método de estudo chegou ao Brasil na década de 1960 – primeiramente, no estado do Espírito Santo –, e foi sendo implementado em outros estados brasileiros.

A Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil em 1969, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), o qual fundou as então Escola Família Rural de Alfredo Chaves, Escola Família Rural de Rio Novo do Sul e Escola Família Rural de Olivânia, essa última no município de Anchieta. (TEIXEIRA et al., 2008, p. 229).

Para que a Pedagogia da Alternância seja bem sucedida é necessário romper a dicotomia teoria/prática, deve haver uma integração envolvendo família e comunidade permeada por uma ação pedagógica que possibilite educação apropriada ao campo.

Na elaboração do Plano de Curso e/ou planejamento das aulas deve-se ter sempre como eixo norteador os fenômenos básicos da vida, intervindo-se na realidade do estudante e colaborando-se com o desenvolvimento sustentável ao incentivar práticas agrícolas que priorizem o equilíbrio entre o homem e a natureza.

A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. (TEIXEIRA, et. al., 2008, p.227)

Segundo Cardoso; Hoff (2013), a Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues (EFAR), localizada no município Nova Alvorada do Sul-MT, considera que a Pedagogia da Alternância permite “outra forma de relacionamento envolvendo o jovem, a família, a comunidade”. Assim,

“a relação educativa se processa em dois momentos que se fundem: a Sessão Escolar e a Sessão Familiar. Conforme o Regimento Interno, a Sessão Escolar é o momento em que os estudantes constroem os embasamentos teóricos e práticos na área de conhecimentos agropecuários e formação geral. Aulas expositivas, trabalhos em grupo, seminários, pesquisas de campo e bibliográfica, aulas de campo e tarefas personalizadas são as técnicas pedagógicas utilizadas nas aulas. Apostilas, livros, palestras, organização de reuniões, questionários, exercícios de fixação, entrevistas e relatórios medeiam a prática educativa. Quanto à Sessão Familiar é o período em que os estudantes passam em seu meio sócio profissional familiar (a propriedade). Nesse período, eles contam com o auxílio da família e da comunidade no levantamento e na coleta de dados inerentes ao seu meio sócio-profissional. As atividades encaminhadas para a Sessão Familiar ficam sob a responsabilidade dos professores de cada matéria e são controladas por meio de um documento próprio denominado caderno de alternância. Durante a Sessão Familiar, o estudante é estimulado a participar de eventos relativos à profissionalização do agricultor familiar, tais como o dia do campo, seminários, cursos e palestras, pois, entende-se que tais momentos servem de atualização tecnológica e aprofundamento sobre a política e a economia regional agrícola.” (CARDOSO; HOFF, 2013, p. 04)

A Pedagogia de Alternância permite a organização da formação dos estudantes em períodos letivos alternados com o meio socioprofissional, o meio rural, com as famílias para testar e repensar, colocar em prática o que foi aprendido e, posteriormente, também levar o que se aprendeu no meio rural para discussão na escola, em um ciclo contínuo de aprendizado.

A organização do ensino em alternância articula os espaços e tempos em dois momentos: o meio socioprofissional e familiar, com a lógica do trabalho, e a escola, com a lógica do estudo, com aprofundamento e sistematização do conhecimento popular e dos conteúdos das disciplinas de base nacional comum e profissionalizante específicos, de forma interdisciplinar. No meio socioprofissional, de volta à família e ao trabalho, o jovem fecha o ciclo da proposta metodológica, realizando as experimentações e aplicando o estudo.

No meio socioprofissional, a vida do aluno constitui o centro do processo ensino-aprendizagem, ponto de partida e ponto de chegada, pois os problemas levantados nas pesquisas precisam ser solucionados nas atividades de retorno. Seria o princípio dialético da ação-reflexão-ação. Uma formação contínua em atividades que se complementam.

Entre as principais características metodológicas da EFA 19 de Maio estava a aplicação do ensino contextualizado na realidade da atuação profissional e comunitária dos alunos, de forma construtiva. Os principais instrumentos metodológicos eram: o Plano de Estudo (PE), Colocação em Comum, Visitas e Viagens de Estudo, Intervenções Externas, Cadernos Didáticos, Visitas às Famílias, Atividades Retorno e Experiências, Projeto Profissional, Caderno de Acompanhamento e Estágios.

A EFA tinha em seu Calendário Escolar etapas letivas na escola e na família ou no meio sócio-profissional, visitas de estudos, férias escolares, comemorações cívicas e religiosas, avaliações de convivência e habilidade, atividades especiais e demais elementos, conforme exigências estabelecidas pela legislação de ensino vigente.

A EFA 19 de Maio adequou as peculiaridades locais ao seu Calendário Escolar, o que permitiu um atendimento individual e também coletivo, compatível com o Plano de Formação da Pedagogia de Alternância. A organização das turmas, recursos de Ensino Médio e Educação Profissional Básica funcionavam concomitantemente, em tempo integral e também em regime de alternância.

Os programas das diversas disciplinas, áreas de trabalho e atividades constantes do currículo pleno do curso foram elaborados por seus respectivos professores com assessoria da equipe pedagógica da AMEFA.

Na elaboração dos programas foram observados o relacionamento, ordenação e sequência dos componentes curriculares a fim de assegurar continuidade, aprofundamento e encadeamento lógico das experiências de aprendizagem, bem como a contextualização, de forma a dar sentido mais global e abrangente às experiências de aprendizagem. Os conteúdos seriam abordados a partir de temas do plano de estudo, visando a interdisciplinaridade e abordando, a princípio, temas de caráter mais simples para, posteriormente, contemplar aspectos mais complexos da realidade.

Para atender às exigências didático-pedagógicas, os programas poderiam, em sua aplicação, sofrer modificações para se adequarem aos interesses e necessidades dos alunos e suas famílias.

O planejamento didático deveria ser um processo contínuo e dinâmico que, partindo da amplitude e exigência dos objetivos da Escola Família Agrícola, em seu detalhamento e desenvolvimento, constituir-se-ia em instrumento de realização dos objetivos educacionais.

A avaliação compreenderia a verificação de aproveitamento da aprendizagem quanto à assimilação de conhecimentos, habilidades de convivência e atividades, tendo em vista: conduzir o desenvolvimento do aluno no sentido dos objetivos determinados pelas atividades da Escola Família Agrícola; ajustar esses objetivos e os métodos de ensino às condições e necessidades do aluno; avaliar os conteúdos teóricos e habilidades de convivência, levantados pelos instrumentos metodológicos específicos da Pedagogia da Alternância, tendo em vista a promoção integral do aluno.

A avaliação deveria levar em consideração a preponderância da qualidade sobre a quantidade de aprendizagem e dos resultados obtidos ao longo do ano letivo sobre os finais. A avaliação seria expressa em conceitos, aplicados às atividades do Plano de Estudo, Caderno da Realidade, Estágios, Atividades Retorno, Experiências, áreas de estudo e disciplinas desenvolvidas no decorrer de cada sessão escolar, apurados no final de cada “Período Avaliativo”.

Na avaliação do aproveitamento escolar, observadas as normas e diretrizes da legislação em vigor, seriam registrados os resultados de uma série de interpretações, podendo ser utilizados, dentre outros instrumentos e informações de desempenho de cada aluno como: Caderno de Acompanhamento; entrevistas individuais; avaliação de professor e de aluno; provas subjetivas e objetivas; comunicação oral e escrita; visitas às famílias; observação dirigida e/ou espontânea; amostra de trabalho; plano de estudo; folhas de observação; caderno de realidade; fichas individuais; habilidade de convivência; pesquisa de campo; experiências; estágios; visitas e viagens de estudos.

Toda avaliação, através de prova escrita ou oral, deveria ser um meio de diagnosticar a aprendizagem do aluno e junto à Comissão de Formação, composta por

membros do conselho de Administração, representantes dos professores, dos alunos e dos pais, que teria a missão de acompanhar a execução e avaliar o Plano de Formação. Seria ampla, contínua, compreendendo a verificação de aproveitamento e expressaria os resultados da aprendizagem quanto à assimilação de conhecimentos, habilidades de convivência e atividades, tendo em vista conduzir o desenvolvimento do aluno no sentido dos objetivos determinados pelas atividades da Escola Família Agrícola e, também, ajustar esses objetivos e métodos de ensino às condições e necessidades dos estudantes. Nenhum registro de avaliação poderia ser realizado sem antes haver uma reunião de equipe e ampla discussão sobre cada aluno.

O Projeto da EFA 19 de Maio colocava que o prédio da Escola Família Agrícola estaria aberto à comunidade para reuniões, práticas religiosas, seminários e outras atividades, desde que não perturbassem ou prejudicassem o desenvolvimento das atividades previstas no planejamento escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a ANSIR pudesse pesquisar, organizar e apoiar a fundação da escola e sua legalização, muitas assembleias e grupos de estudos foram realizados em um período de quase quatro anos de trabalho.

Posto esse quadro, é possível dizer que a Pedagogia de Alternância propicia condições favoráveis à aprendizagem, pois os aspectos do meio socioprofissional e escolar se complementam. O Meio Socioprofissional é o lugar onde ocorre o vínculo afetivo com a família e as relações com amigos e parentes, a experiência de trabalho, a convivência comunitária e com os movimentos sociais. No Meio Escolar ocorrem o trabalho de equipe com os monitores, o acompanhamento pessoal personalizado, o respeito à individualidade, a convivência geral, buscando-se a construção de um ambiente de respeito e companheirismo, com uma formação integral e a valorização da criatividade e da espontaneidade.

A boa formação depende da qualidade das relações estabelecidas entre os diversos níveis, professores com professores, professores com alunos, alunos com alunos, monitores com associações e famílias. As Escolas Famílias Agrícolas, por sua modalidade de ensino e educação baseadas na alternância vida-escolar e sua orientação para o meio rural, tinham seu ano letivo, independentemente do ano civil, com sessões alternadas de aulas na Escola e de trabalho e estudo no meio no qual o aluno estava inserido.

Ao final do projeto e início da EFA 19 de Maio de Campo Florido havia uma proposta de educação para a formação integral do ser humano e para a qualificação profissional de jovens rurais. Valorizavam-se os traços familiares e a herança cultural dos trabalhadores rurais, em um projeto de desenvolvimento rural baseado no resgate da cidadania e na organização comunitária. Pretendia-se contribuir para a produção agrícola e outras atividades economicamente viáveis e de baixo impacto ambiental que propiciassem uma vida com qualidade e dignidade no meio rural.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo, Brasiliense, 2006, 61 p.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. 2014, 39 p.

CARDOSO, Maria Angélica; HOFF, Sandino. A organização do trabalho didático na escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues: Dados preliminares. In: JORNADA DA HISTEDOPR, HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 11., 2013, Cascavel, PR. **Anais...** Cascavel, PR, 23 a 25 de outubro de 2013. 10p.

EFA, Associação Regional Escola Família Agrícola de Campo Florido. **Estatuto**. Campo Florido, 2000. 18f. (mimeo).

Escola Família Agrícola 19 DE MAIO. **Projeto Pedagógico**. Campo Florido, 2000. 30f. (mimeo).

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 326-344., jul./dez. 2011.

TEIXEIRA, Edival Sebastião. BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

Recebido em: 06/05/2016

Aprovado para publicação em: 21/12/2017